A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TALITA FIM DOS SANTOS

RESUMO:
O presente artigo aborda a importância dos registros na educação infantil, destacando seu papel na documentação pedagógica, na avaliação do processo de aprendizagem e no fortalecimento das práticas educativas. A escrita sistemática e reflexiva do que ocorre no cotidiano das crianças em ambientes educativos permite uma compreensão mais ampla do desenvolvimento infantil, contribuindo para o planejamento de práticas significativas. A pesquisa se apoia em referenciais teóricos que sustentam a relevância do registro como ferramenta que valoriza as experiências da criança e orienta o trabalho docente. A análise é dividida em cinco eixos principais: o conceito e as funções do registro, o registro como instrumento avaliativo, o papel da observação na produção dos registros, os impactos no planejamento pedagógico e a valorização das infâncias a partir da documentação. Ao final, apresentam-se reflexões sobre os desafios e possibilidades dessa prática no contexto da educação infantil contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Registros pedagógicos; Educação Infantil; Observação e documentação.

ABSTRACT: This article addresses the importance of records in early childhood education, highlighting their role in pedagogical documentation, in the assessment of the learning process, and in strengthening educational practices. Systematic and reflective writing about what happens in the daily lives of children in educational environments allows for a broader understanding of child development, contributing to the planning of meaningful practices. The research is based on theoretical frameworks that support the relevance of records as a tool that values children's experiences and guides teaching work. The analysis is divided into five main axes: the concept and functions of records, records as an assessment tool, the role of observation in the production of records, the impacts on pedagogical planning, and the valorization of childhoods based on documentation. Finally, reflections are presented on the challenges and possibilities of this practice in the context of contemporary early childhood education.

KEY-WORDS: Pedagogical records; Early Childhood Education; Observation and documentation.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, como etapa inaugural da educação básica, demanda práticas pedagógicas que respeitem as especificidades do desenvolvimento infantil e valorizem a criança como sujeito ativo, capaz de construir saberes por meio de interações, brincadeiras e experiências significativas. Nesse cenário, os registros assumem papel central na mediação entre a prática educativa e a aprendizagem, constituindo-se como instrumentos que documentam, interpretam e tornam visíveis os processos vivenciados no cotidiano escolar. Mais do que simples anotações ou relatórios exigidos por instâncias burocráticas, os registros revelam a escuta atenta e o olhar sensível do educador diante das manifestações da infância.

Registrar, nesse contexto, significa acompanhar com intencionalidade as descobertas, os gestos, as falas, os silêncios e as produções infantis, reconhecendo nas pequenas ações do dia a dia a riqueza de significados que compõem o universo das crianças. Trata-se de uma prática que dá forma ao diálogo entre teoria e prática, contribuindo para a construção de um currículo vivo, flexível e coerente com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Ao documentar o cotidiano, o educador atribui sentido às experiências e potencializa sua capacidade de reflexão e intervenção.

Nesse processo, o registro se consolida como uma ferramenta pedagógica e formativa, que permite não apenas avaliar os percursos individuais e coletivos das crianças, mas também revisar criticamente as escolhas e estratégias adotadas pelo educador.

Ele favorece uma escuta qualificada, que ultrapassa a observação superficial para alcançar uma compreensão mais profunda dos interesses, necessidades e modos de ser de cada criança. Assim, o registro torna-se uma forma de conhecer e reconhecer a infância em sua pluralidade, promovendo práticas mais éticas, significativas e respeitosas. Além disso, os registros cumprem uma importante função comunicativa, estabelecendo pontes entre a escola, a criança e a família. Ao tornar visíveis os processos de aprendizagem, eles promovem maior transparência e possibilitam o compartilhamento das vivências escolares, fortalecendo o vínculo entre os sujeitos envolvidos no processo educativo. Por meio dos registros, as famílias podem compreender melhor o cotidiano da criança na instituição, contribuindo para uma atuação mais colaborativa e integrada entre escola e comunidade.

Diante dessa complexidade, o presente artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre a importância dos registros no contexto da educação infantil. A análise está organizada em cinco eixos temáticos: os fundamentos pedagógicos do registro, suas contribuições para os processos avaliativos, a relação com a escuta e a observação atenta, as implicações para o planejamento pedagógico e, por fim, o papel do registro na valorização das diferentes infâncias que compõem o cenário educativo contemporâneo.

FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DOS REGISTROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A prática do registro na educação infantil não se limita a uma exigência documental, mas emerge como um recurso indispensável à qualificação do trabalho pedagógico, conferindo visibilidade aos processos que envolvem a construção do conhecimento pelas crianças. Registrar, nesse contexto, é um ato pedagógico que pressupõe intencionalidade, sensibilidade e reflexão. Trata-se de uma prática que ultrapassa a função de relatar fatos para se constituir como ferramenta que sustenta a escuta atenta, o planejamento consciente e a avaliação formativa. Dessa forma, os registros aproximam o educador das experiências infantis, permitindo compreender o modo como as crianças pensam, sentem e se relacionam com o mundo à sua volta.

Ao reconhecer as crianças como sujeitos ativos, competentes e capazes de produzir cultura, os registros assumem uma perspectiva ético-estética e política da educação. Eles não apenas documentam as ações cotidianas, mas valorizam as múltiplas linguagens infantis — o corpo, o gesto, a fala, o silêncio, o desenho, a brincadeira — como formas legítimas de expressão e comunicação (RINALDI, 2017, p. 86). Nesse sentido, a documentação pedagógica torna-se um dispositivo que aproxima a prática educativa de uma abordagem investigativa, comprometida com a escuta sensível e com o respeito às singularidades da infância. Registrar, portanto, é reconhecer a criança em sua totalidade, considerando sua história, seus contextos e seus modos próprios de aprender e ser no mundo.

A importância dessa prática se amplia à medida que ela se articula ao currículo da educação infantil, entendido como um conjunto de experiências planejadas e vividas coletivamente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), o currículo deve garantir condições para que as crianças desenvolvam seus saberes de maneira integral, considerando os eixos estruturantes das interações e brincadeiras. Nesse contexto, os registros funcionam como instrumentos que revelam a qualidade das experiências oferecidas, tornando possível ao educador refletir criticamente sobre suas escolhas pedagógicas, revisar estratégias e aprimorar continuamente sua atuação.

O registro ajuda a guardar na memória fatos, acontecimentos ou reflexões, mas também possibilita a consulta quando nos esquecemos. Este "ter presente" o já acontecido é de especial importância na transformação do agir, pois oferece o conhecimento de situações arquivadas na memória, capacitando o sujeito a uma resposta mais profunda, mais integradora e mais amadurecida, porque menos ingênua e mais experiente, de quem já aprendeu com a experiência. Refletir sobre o passado (e sobre o presente) é avaliar as próprias ações, o que auxilia na construção do novo. E o novo é a indicação do futuro. É o planejamento. (WARSCHAUER, 1993, p. 62).

É preciso destacar que o registro não é um fim em si mesmo, mas um meio de aprofundar o conhecimento sobre as práticas e os sujeitos que delas participam. Para isso, é necessário que o educador desenvolva um olhar investigativo, capaz de perceber significados nos detalhes do cotidiano escolar. Essa postura requer tempo, escuta e intencionalidade, além de uma compreensão clara sobre o que se deseja observar, documentar e analisar. A prática do registro, nesse sentido, não é neutra: ela está atravessada por valores, concepções de infância, de educação e de aprendizagem, e por isso exige constante reflexão crítica por parte do educador (FORMOSINHO; ARAÚJO, 2014, p. 123).
Além de favorecer a compreensão dos processos infantis, os registros também contribuem para a construção de uma prática pedagógica mais democrática e participativa. Ao compartilhar registros com as crianças e com os demais membros da equipe escolar, abre-se espaço para o diálogo, a escuta mútua e a coautoria. Quando as crianças se veem retratadas nos registros — seja por meio de fotografias, desenhos, falas ou produções —, sentem-se reconhecidas e valorizadas, o que fortalece sua autoestima e seu vínculo com o ambiente educativo. Do mesmo modo, o educador se coloca em permanente processo de formação, ao revisitar suas próprias ações e concepções à luz do que observa e documenta.
Compreender os registros como práticas pedagógicas estruturantes implica ressignificar o papel do professor na educação infantil. Mais do que transmissor de conteúdos, o educador é um mediador de experiências, um pesquisador de sua própria prática e um intérprete da infância. Os registros, nesse contexto, funcionam como espelhos do cotidiano, revelando aspectos muitas vezes invisibilizados e permitindo ao professor tomar decisões pedagógicas mais fundamentadas e coerentes com as necessidades reais de seu grupo. Assim, a prática do registro fortalece a intencionalidade educativa e contribui para a construção de um ambiente escolar mais sensível, responsivo e comprometido com o desenvolvimento integral da criança.

O REGISTRO COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na educação infantil, os processos avaliativos exigem abordagens que respeitem as especificidades do desenvolvimento infantil, evitando a reprodução de modelos escolares tradicionais baseados na mensuração de resultados. Nesse contexto, os registros se destacam como instrumentos valiosos para uma avaliação formativa, contínua e processual, centrada na observação das interações, das brincadeiras e das produções das crianças. Avaliar por meio de registros significa valorizar o percurso e não apenas o ponto de chegada, reconhecendo as aprendizagens em sua complexidade e singularidade (HOHMANN; WEIKART, 1995, p. 172). Trata-se de um modo de compreender o desenvolvimento infantil a partir de indícios sutis, muitas vezes expressos por gestos, olhares, palavras ou atitudes.
Na educação infantil, quando documentamos algo, estamos deliberadamente optando por observar e registrar os acontecimentos em nosso ambiente a fim de pensar e comunicar as surpreendentes descobertas do cotidiano das crianças e os extraordinários acontecimentos que ocorrem nos lugares em que elas são educadas (GANDINI; GOLDHABER, 2002, p. 150-151).

A prática do registro oferece subsídios concretos para que o educador identifique avanços, dificuldades, interesses e necessidades do grupo e de cada criança, o que possibilita intervenções mais pertinentes e personalizadas. Por meio da documentação de situações vividas — como conversas, brincadeiras, atividades espontâneas ou propostas —, o professor constrói um panorama real e dinâmico da aprendizagem, rompendo com modelos avaliativos padronizados e engessados. Essa forma de avaliação favorece uma escuta atenta, que considera a criança como sujeito ativo do processo educativo, capaz de construir sentidos e estabelecer relações significativas com o mundo ao seu redor (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002, p. 35).
Além disso, os registros ampliam a compreensão do educador sobre os diferentes tempos e modos de aprender das crianças. Eles revelam que a aprendizagem não é linear, nem homogênea, mas marcada por avan-

ços, retrocessos, experimentações e reformulações. Dessa maneira, o ato de registrar contribui para que o professor respeite os ritmos individuais e valorize as trajetórias de aprendizagem, mesmo quando estas se distanciam das expectativas previstas inicialmente. Avaliar com base em registros é, portanto, um exercício de escuta e de humildade pedagógica, que exige disposição para rever práticas e ressignificar estratégias à luz das necessidades concretas do grupo.

Outro aspecto relevante diz respeito à transparência que os registros conferem ao processo avaliativo. Ao documentar e compartilhar com as famílias os percursos de aprendizagem das crianças, o educador promove uma avaliação dialógica e democrática, que envolve os diversos sujeitos do processo educativo. Essa prática fortalece os vínculos entre escola e família, ao mesmo tempo em que contribui para a valorização do cotidiano da educação infantil, muitas vezes subestimado por falta de evidências concretas sobre o que se aprende nesse estágio. Assim, os registros tornam visível o que frequentemente passa despercebido, conferindo dignidade às experiências das crianças pequenas.

A utilização de registros na avaliação transforma o ato avaliativo em um processo formativo para o próprio educador. Ao refletir sobre o que foi documentado, o professor revisita sua prática, identifica padrões, reconhece potencialidades e repensa suas intervenções. Dessa maneira, a avaliação por meio de registros não serve apenas para acompanhar o desenvolvimento infantil, mas também para promover o desenvolvimento profissional docente. Em síntese, os registros contribuem para uma avaliação mais humana, contextualizada e coerente com os princípios que regem a educação infantil, reconhecendo a criança como protagonista de sua aprendizagem e o educador como pesquisador de sua própria prática.

A OBSERVAÇÃO COMO BASE PARA REGISTROS SIGNIFICATIVOS

A observação sistemática constitui a base de qualquer registro significativo na educação infantil. Mais do que assistir às ações infantis, observar é um ato intencional que exige do educador sensibilidade, atenção e preparo para captar as nuances do cotidiano escolar. Trata-se de um processo ativo de escuta e interpretação, em que o professor se coloca como um pesquisador da infância, atento aos movimentos, gestos, falas, silêncios e interações das crianças. Essa postura investigativa permite que os registros se tornem autênticos espelhos da experiência vivida, revelando dimensões do desenvolvimento que dificilmente seriam apreendidas por meios tradicionais de avaliação (ROSEMBERG, 2013, p. 78).

Para que os registros cumpram sua função pedagógica, é essencial que estejam ancorados em observações criteriosas, realizadas com regularidade e intencionalidade. A escolha do que observar, como registrar e para que registrar deve ser orientada por objetivos pedagógicos claros, que considerem tanto os interesses das crianças quanto os eixos estruturantes da educação infantil: as interações e as brincadeiras. Assim, o educador precisa desenvolver a capacidade de selecionar situações significativas, em vez de buscar abarcar o cotidiano de forma ampla e genérica. A profundidade da observação qualifica o registro, conferindo-lhe densidade interpretativa e relevância para o planejamento.

O ato de observar na educação infantil também exige disposição para compreender a linguagem própria da criança. Muitas vezes, aquilo que é aparentemente simples ou silencioso carrega significados profundos. O olhar atento do educador permite captar essas sutilezas e reconhecê-las como expressões legítimas de pensamento e sentimento. Nesse sentido, a observação é uma forma de escuta que considera o corpo, a imaginação, o gesto e a brincadeira como linguagens potentes. Registrar esses elementos requer, portanto, uma escuta ampliada e sensível, capaz de compreender o contexto, os afetos e as intenções presentes nas ações infantis (MALAGUZZI, 1999, p. 91).

Além de promover uma escuta mais qualificada das crianças, a observação contínua potencializa o processo de reflexão pedagógica. Ao observar com regularidade, o educador passa a reconhecer padrões, identificar recorrências e perceber transformações nos modos de agir e interagir das crianças. Isso possibilita não apenas intervenções

mais pertinentes, mas também a construção de um repertório mais amplo sobre o desenvolvimento infantil. A prática do registro, fundamentada na observação, oferece ao professor subsídios para tomar decisões pedagógicas mais conscientes, ajustando suas propostas às necessidades e interesses reais do grupo.

Outro aspecto relevante é que a observação sistemática e os registros dela derivados promovem a coautoria no ambiente escolar. Quando diferentes educadores compartilham suas observações e produzem registros coletivamente, a equipe constrói uma visão mais ampla e plural sobre as crianças e suas experiências. Essa construção coletiva amplia o olhar sobre o cotidiano, evita interpretações reducionistas e enriquece o planejamento pedagógico. Além disso, o compartilhamento de registros entre educadores favorece a formação continuada, pois promove o diálogo sobre as práticas e incentiva a reflexão crítica sobre os objetivos e sentidos da ação docente (KISHIMOTO, 2002, p. 58).

É importante destacar que a observação, para além de um instrumento técnico, representa uma postura ética. Observar com respeito, sem invadir, sem rotular e sem antecipar conclusões, é reconhecer a criança como sujeito de direitos e de saberes. O registro que nasce desse tipo de observação não é um documento frio ou impessoal, mas um testemunho sensível da singularidade de cada infância. Ele traduz o compromisso do educador com uma prática pedagógica que valoriza o presente da criança, respeita seu tempo e sua maneira própria de estar no mundo, e reconhece o cotidiano como espaço privilegiado de aprendizagem.

OS REGISTROS COMO ORIENTADORES DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento na educação infantil exige flexibilidade, escuta atenta e permanente diálogo entre a intencionalidade do educador e os interesses das crianças. Nesse contexto, os registros surgem como ferramentas que alimentam e fundamentam o processo de planejamento, permitindo que as propostas pedagógicas se construam a partir das vivências concretas do grupo. Quando o educador planeja com base em registros, ele parte de evidências reais sobre o que as crianças estão expressando, sentindo e experimentando, e não de pressupostos ou modelos prontos. Isso confere maior sentido e pertinência às experiências propostas, fortalecendo a articulação entre observação, reflexão e ação (BARBOSA; HORN, 2008, p. 39).

Utilizar registros como ponto de partida para o planejamento implica considerar o cotidiano como um campo fértil de aprendizagens. As anotações, fotografias, produções infantis e relatos de situações vividas oferecem ao educador pistas sobre os temas de interesse do grupo, as estratégias de resolução de problemas, os vínculos estabelecidos e os modos de participação das crianças. Dessa forma, o planejamento deixa de ser uma antecipação rígida e passa a ser uma construção dinâmica, que dialoga com os acontecimentos do dia a dia e valoriza os saberes infantis. Essa abordagem contribui para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e responsivas às necessidades reais da turma.

Outro aspecto relevante é que os registros ajudam o professor a reconhecer a progressão das aprendizagens ao longo do tempo, o que o capacita a planejar intervenções mais adequadas aos desafios e possibilidades do grupo. Ao revisitar registros anteriores, o educador consegue identificar transformações sutis nos modos de agir das crianças, nos vínculos estabelecidos, na qualidade das interações e no uso das diferentes linguagens. Com base nessas observações, torna-se possível organizar propostas que deem continuidade a processos iniciados, aprofundem experiências significativas e ampliem os repertórios infantis. Assim, os registros favorecem a construção de uma sequência pedagógica coerente, sensível e significativa.

A prática de planejar com base nos registros também fortalece a intencionalidade educativa, pois exige que o educador reflita constantemente sobre os objetivos de suas ações. Cada escolha feita no planejamento — seja de espaços, materiais, tempos ou interações — ganha sentido a partir do que foi observado e documentado. Isso transforma o planejamento em um exercício contínuo de autoria e reflexão docente, no qual as deci-

sões não são tomadas de forma automática, mas a partir de análises criteriosas da realidade do grupo. Nesse processo, o educador se reconhece como sujeito ativo na construção do currículo e como mediador das experiências que favorecem o desenvolvimento integral das crianças (KRAMER, 2006, p. 113). É fundamental compreender que registros e planejamento formam um ciclo contínuo e retroalimentado. O que se observa e registra alimenta o planejamento; o que se planeja gera novas situações de observação e, consequentemente, novos registros. Essa dinâmica cria um movimento de constante reconstrução da prática pedagógica, que se torna mais viva, significativa e sensível às múltiplas infâncias presentes na instituição. Planejar com base nos registros é, portanto, uma forma de garantir que a educação infantil cumpra seu papel de acolher, escutar e respeitar a criança em sua totalidade, promovendo aprendizagens potentes e experiências transformadoras.

A VALORIZAÇÃO DAS INFÂNCIAS POR MEIO DOS REGISTROS

Quando se trata de valorização da infância, os registros pedagógicos têm um papel central na questão, pois conferem visibilidade e legitimidade às experiências vividas pelas crianças no contexto educativo. Registrar é reconhecer que aquilo que a criança vive, sente, imagina e realiza é digno de atenção, estudo e memória. Ao documentar suas falas, gestos, produções e interações, o educador afirma que a infância não é apenas um tempo de preparação para o futuro, mas um tempo pleno de significado. Nesse sentido, os registros promovem o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, com voz própria, desejos e competências, contribuindo para a construção de uma pedagogia mais respeitosa e ética (RINALDI, 2009, p. 34).

Ao valorizar a singularidade de cada criança por meio dos registros, o educador constrói um olhar mais sensível e menos generalizante sobre o desenvolvimento infantil. Isso significa romper com padrões normativos que tendem a homogeneizar as infâncias e desconsiderar suas múltiplas formas de expressão. Quando o professor registra as especificidades das crianças — seus tempos, modos de aprender, formas de brincar e de se relacionar —, ele reconhece a diversidade como um valor e contribui para a construção de práticas mais inclusivas e democráticas. O registro, nesse sentido, atua como instrumento de resistência a visões reducionistas da infância e à escolarização precoce (OLIVEIRA, 2012, p. 49).

Além de valorizar cada criança individualmente, os registros também promovem o reconhecimento das culturas infantis. As brincadeiras, as narrativas, os jogos simbólicos, as invenções linguísticas e as interações cotidianas revelam um universo rico e complexo, que merece ser compreendido e respeitado. Registrar esses aspectos permite ao educador entrar em contato com as formas de pensamento, imaginação e organização próprias das crianças, ampliando sua capacidade de escuta e compreensão. Ao dar visibilidade às culturas infantis, os registros contribuem para que a escola reconheça e celebre a infância como tempo de potência criadora, e não apenas como fase de transição para a vida adulta (SARMENTO, 2022, p. 67).

A prática do registro também tem implicações significativas para a construção da memória coletiva da infância. Ao documentar as experiências das crianças, o educador cria um acervo que preserva a história de cada grupo, permitindo que as vivências não se percam com o tempo. Essa memória, quando compartilhada com as próprias crianças, promove o reconhecimento de suas trajetórias e reforça sua identidade como sujeitos participantes da comunidade escolar. Além disso, a construção de memórias coletivas contribui para o fortalecimento dos vínculos afetivos entre crianças e educadores, criando um sentimento de pertencimento e continuidade (FARIA; FINCO, 2009, p. 112).

Outro ponto relevante é que os registros possibilitam que as infâncias sejam vistas sob múltiplas perspectivas, rompendo com visões adultocêntricas que muitas vezes deslegitimam o ponto de vista da criança. Ao registrar com cuidado e respeito o que a criança diz, pensa e faz, o educador evidencia sua disposição de compreender o mundo a partir da ótica infantil. Esse gesto pedagógico não apenas valoriza as infâncias, mas

também transforma a prática docente, que passa a ser guiada por princípios de escuta, diálogo e acolhimento. Registrar, assim, torna-se um ato de posicionamento político e pedagógico diante da criança e da educação.
Ao promover a valorização das infâncias, os registros também impactam a imagem que a sociedade constrói sobre a criança e sobre a educação infantil. Quando compartilhados com as famílias, com a comunidade e com outros profissionais, os registros mostram a riqueza e a complexidade das experiências vividas nas instituições de educação infantil. Eles evidenciam que ali se aprende, se convive, se experimenta e se cria, contribuindo para que esse espaço seja reconhecido como um lugar de formação plena e significativa. Valorizar as infâncias por meio dos registros é, portanto, uma forma de dignificar o cotidiano escolar e de reafirmar a importância social e pedagógica da educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procurou-se refletir sobre a importância dos registros na educação infantil, evidenciando suas múltiplas dimensões e contribuições para uma prática pedagógica mais sensível, ética e intencional. Longe de representarem meros instrumentos burocráticos, os registros se configuram como dispositivos potentes de escuta, documentação e análise das experiências infantis. Eles conferem visibilidade às aprendizagens cotidianas, respeitam a singularidade de cada criança e auxiliam o educador na construção de propostas pedagógicas que dialoguem com os interesses, ritmos e necessidades do grupo.
Observou-se que os registros não apenas documentam, mas também interpretam e ressignificam a prática educativa. Eles promovem a reflexão crítica sobre as ações docentes, fortalecem o planejamento e sustentam intervenções pedagógicas mais coerentes com a realidade do contexto. A prática do registro, quando orientada por uma escuta atenta e por uma postura investigativa, torna-se parte integrante do fazer pedagógico, favorecendo a construção de um currículo vivo e participativo. Desse modo, o registro atua como elo entre observação e ação, possibilitando que o cotidiano da educação infantil seja continuamente analisado, reelaborado e qualificado.
Outro aspecto relevante destacado ao longo do texto foi o papel dos registros na valorização das infâncias. Ao reconhecer a criança como sujeito ativo, portador de saberes, desejos e linguagens múltiplas, o registro torna-se uma prática de reconhecimento e de respeito às culturas infantis. Além disso, ao documentar as experiências vividas no espaço educativo, os registros contribuem para a construção de memórias individuais e coletivas, promovendo identidade, pertencimento e vínculo afetivo. Ao dar visibilidade a essas experiências, os registros também fortalecem o diálogo entre escola e família, tornando-se instrumentos de aproximação e corresponsabilidade.
Dessa forma, reafirma-se a necessidade de incorporar os registros como parte indissociável da prática pedagógica na educação infantil. Para isso, é essencial que as instituições educativas invistam na formação dos professores, criando espaços de estudo, troca e reflexão sobre a documentação pedagógica. Registrar com intencionalidade, ética e sensibilidade é uma forma de afirmar o compromisso com uma educação que escuta, respeita e reconhece a potência das infâncias. Assim, os registros deixam de ser um fim em si mesmos e tornam-se aliados fundamentais de uma pedagogia que valoriza o cotidiano como lugar de aprendizagem, criação e humanidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria das Graças. Organização do trabalho pedagógico na educação infantil: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2008.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_ed_infantil.pdf. Acesso em 29 abr. de 2025.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em 27 abr. 2025.
FARIA, Ana Lucia Goulart de; FINCO, Daniela. Educação infantil: política, qualidade e avaliação. Campinas: Autores Associados, 2009.
FORMOSINHO, João; ARAÚJO, Sara. A for-

mação como pedagogia da relação. Revista Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 42, p. 123-138, jul./dez. 2014. Disponível em http://educa.fcc.o104-70432018000100019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 03 de mai. 2025.
GANDINI, Lella; GOLDHABER, Jeanne. Duas reflexões sobre a documentação. In: GANDINI, L.; EDWARDS, C. (Org.). Bambini: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.
HOHMANN, Mary; WEIKART, David P. Educar a criança: manual para pais e professores de educação pré-escolar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil. Pro-Posições, Campinas, v. 16, n. 3 (48), p. 57-73, set./dez. 2005. Disponível em https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2333/48_artigos_kishimototm.pdf. Acesso em 04 mai. 2025.
KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
MALAGUZZI, Loris. As cem linguagens da criança. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 1999. p. 91-99.
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. A avaliação na educação pré-escolar: uma perspectiva de desenvolvimento profissional. Porto: Porto Editora, 2002.
RINALDI, Carlina. A documentação pedagógica e a escuta das crianças. In: GANDINI, Lella; HILL, Lillian G. (Org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2009. p. 31-38.
_____, Carlina. Reggio Emilia: a imagem da criança e o ambiente como terceiro educador. In: BRASIL. Ministério da Educação. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, p. 115-130, set./dez. 2017.
ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. Pro-Posições, Campinas, v. 14, n. 1 (40), p. 77-91, jan./abr. 2003. Disponível em https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2183/40-artigos-rosembergf.pdf. Acesso em 06 mai. 2025.
SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: Possibilidades de voz e ação da criança e suas infâncias. Campo Grande: Editora UFMS. 2022.
WARSCHAUER, Cecília. A roda e o registro: uma parceria entre professor, aluno e conhecimento. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.